



O Mito na Rede: Arquétipos da Democracia e da Glocalização na Rejuma¹

João DAMASIO²

Marcus Vinícius MINUZZI³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

Esta pesquisa analisa a rede enquanto mito. É um estudo do ciberespaço a partir dos arquétipos da democracia e da glocalização (convergência entre global e local) no inconsciente coletivo em concordância com a mitificação ambientalista da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), por meio da etnografia com elos goianos. Por mais recente que seja a organização em rede, o medo da morte do arquétipo da democracia circula, provocando a ânsia do novo: o surgimento de minimitos na globalização. Este texto resulta do trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na Faculdade Araguaia.

PALAVRAS-CHAVE: rede; globalização; democracia; ambientalismo; mito.

O argumento da sociedade em rede prevê a relação entre a globalização que a funda e o poder da identidade. Expressa em vários planos da sociabilidade atual, a tensão entre a ordem global e a cultura local arrasta “para o epicentro da crise a própria noção de democracia política” (CASTELLS, 1999, p. 18).

Este é o contexto teórico para a análise deste artigo, que trata da conjuntura das redes de mobilização civil no Brasil. O caso estudado por meio de etnografia seguida de entrevistas em profundidade é o da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma).

O presente texto, que apresenta o resultado do trabalho de conclusão de curso do autor, inicia argumentando o que se entende por mito e por rede no campo da comunicação (CASTELLS, 1999; LEVY, 1999; MINUZZI, 2011; SODRÉ, 2002) e apresenta em seguida a juventude ambientalista organizada (BIROLI, 2011; GOHN, 2010; VERDE, 2011) para, por fim, apontar como é o mito na rede, por meio dos arquétipos da democracia e da glocalização (KERCKHOVE, 2008) na Rejuma.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Mestrando em Comunicação na Universidade Federal de Goiás, email: joaodamasio16@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Atualmente, professor do Curso de Comunicação Social na Faculdade Sul-Americana, e-mail: marcus_minuzzi@yahoo.com.br.



O mito da rede / a rede como mito

“Caiu na rede é peixe”, cita a sabedoria popular. Metaforicamente, sabendo que a identidade é o “próprio ser conforme apreendido reflexivamente pela pessoa em relação à sua biografia” (GIDDENS apud CASTELLS, 1999, p. 27), pode-se interpretar que pelo vínculo cria-se a identidade. O rito revela o mito e, assim, é possível identificar o objeto de estudo da comunicação na rede.

Os objetos (ao contrário do que nos diz a intuição imediata) não se encontram aí, prontos e recortados: os “objetos” do mundo são recortados (ou religados) por nosso olhar e nossa compreensão, por nossa maneira de ver. (...) O objeto da comunicação não são os objetos “comunicativos” do mundo, mas uma forma de identificá-los, de falar deles – ou de construí-los conceitualmente (FRANÇA, 2001, p. 40 e 42).

Entre apocalípticos e integrados (ECO, 1993), as teorias da comunicação se descobriram na modernidade tentando problematizar e explicar seu campo de estudos a partir de olhares principalmente psicológicos e sociológicos, relações que se mantiveram ao longo do tempo.

As teorias dissertam a título de manipulação das massas, persuasão, modos eficientes de lidar com o público e funções comunicativas. Na alusão de Humberto Eco, os teóricos estariam entre o super-homem crítico acima do sistema e o ser integrado e comum das aldeias globais.

Entre os ideais de emancipação e de integração, passeiam as tecnologias e os acontecimentos contemporâneos modificando o rumo das teorias da comunicação:

Na contemporaneidade, a base material que constitui a comunicação está mudando profundamente com o desenvolvimento das tecnologias da informação. O tradicional modelo de comunicação massiva baseado no envio de um número limitado de mensagens a uma audiência homogênea está dando lugar a um novo sistema capaz de abranger e integrar todas as formas de expressão, diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais (BIANCO, 2001, p. 151).

Mauro Wolf (1999) identificou três diretrizes para as pesquisas em comunicação: a pertinência sociológica, o estudo multidisciplinar e a perspectiva a longo prazo, com “abordagens disciplinares cada vez mais articuladas, variadas e em vias de integração”.

Num primeiro momento, aparentemente, desfilam teorias-hipóteses que na academia muito se assemelham a sistemas político-ideológicos representados por seus autores



para, após a elaboração de um *corpus* da ciência da comunicação, apresentarem-se construções conceituais coerentes com a interdisciplinaridade.

Em entrevista à Desirée Rabelo, Muniz Sodré (2001) comenta que, para ele, o objeto da comunicação é a vinculação social. “É como se dá o vínculo, a atração social, como é que as pessoas se mantêm unidas, juntas socialmente.” Como aludido intencionalmente no início deste artigo, o vínculo que fornece uma identidade. “A ciência da comunicação que eu defendo se desenvolve nessas instâncias: ela é a vinculação, veiculação e cognição” (SODRÉ, 2001).

Na Internet, para Sodré (2001), “nunca as pessoas estiveram tão conectadas, tão ligadas, mas não vinculadas”. Esta pesquisa analisou, contudo, um possível modo de vinculação pelo mito democrático propiciado pela rede, não só no sentido tecnológico que conecta sem vincular, mas no sentido cultural da constituição e apropriação da rede por comunidades virtuais, compreendidas na cibercultura.

A comunicação admite o novo, já que o seu mito contemporâneo é a modernidade. A força da internet desfaz a paranóia que acompanhou todo o processo da comunicação de massas. Nesse momento histórico, a comunicação de massas evolui para um aspecto contido no seu mito de origem: o da ampla participação (MINUZZI, 2010, p. 2).

Nas palavras da socióloga Telma Ferreira, “os conceitos fundamentais do pensamento moderno são conceitos da sociologia e de outras ciências sociais” e “as narrativas míticas contribuem para desvelar as estruturas significativas culturais e o comportamento de individualidades e coletividades” (FERREIRA, 2010, p. 74, 77-78).

aquilo que se chamou de exótico ou de irracional é apenas a forma explícita de um traço conhecido em sua própria sociedade. Só que, entre nós, este traço está implícito. E, para usarmos uma expressão que entrou em moda depois de Lévi-Strauss, inconsciente (DAMATTA, 1987, p. 107).

O “inconsciente” é uma descoberta revolucionária dos psicanalistas desde Sigmund Freud. A partir disto, “Jung propôs o conceito de inconsciente como ‘coletivo’. O ‘inconsciente’ é uma noção nova na história do pensamento humano” (MINUZZI, 2009, p. 1).

Para Jung (2008, p. 97), “o inconsciente parece ser dirigido principalmente por tendências instintivas, representadas por formas de pensamento correspondentes – isto



é, por arquétipos”, que, “sem percebermos, influenciam a maneira segundo a qual vamos reagir a pessoas e fatos” (JUNG, 2008, p. 37).

O mito nasce do inconsciente coletivo e é identificado por meio de seus arquétipos. Neste artigo, portanto, o mito na rede será visto por meio dos arquétipos da democracia e da glocalização.

O conceito de mito confunde-se com o de Deus: se queremos entender Deus é preciso não vê-lo como fenômeno material. É neste sentido que se pode perguntar se Deus existe. Não. Materialmente, Deus não existe. Contudo, segundo as religiões, existem fenômenos visíveis que dariam prova da existência de Deus (MINUZZI, 2009, p. 1).

O mitólogo Mircea Eliade (2011, p. 11 e 8) explica que “o mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”. Importa aqui saber que o mito é o que “fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência”.

O que confere significado e valor à existência de uma rede de organização civil em tempos de internet? Esta reflexão se dá aqui porque, assim como se lê “o objeto da comunicação / a comunicação como objeto” (FRANÇA, 2001), é possível refletir sobre “o mito da rede / a rede como mito”.

Mais palatável ao campo da comunicação, o aspecto abordado neste item refere-se à rede enquanto sinônimo de ciberespaço, assim como Lèvy (1999) o define:

novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÈVY, 1999, p. 17).

A cibercultura, “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (...) leva a co-presença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais” (LÈVY, 1999, p. 17), reaproximando assim da realidade do mito das sociedades arcaicas.

“A velocidade de transformação é em si mesma uma constante – paradoxal – da cibercultura” (LÈVY, 1999, p. 27). Desde que se tornou possível, os brasileiros



passaram a figurar entre os que mais acessam a internet no mundo⁴, principalmente com a finalidade de utilizar os sites de redes sociais, a partir do que Minuzzi (2011, p. 275) lança a hipótese de que “o mito do Brasil como paraíso terrestre potencializa-se como referência para a constituição do novo mito democrático na internet”.

Para Minuzzi (2011, p. 275), “a forma da comunicação na internet representa o anseio dionisíaco da troca cultural”, característica comumente associada à mestiçagem brasileira. Edgar Morin concorda com este aspecto estruturante da cultura na internet (ou cibercultura).

As trocas entre diferentes internautas acionam trocas de informações, de conhecimentos, de idéias, de pensamentos entre pessoas de culturas diferentes. Esses processos criam as condições preliminares para o conhecimento e para a compreensão de uma sociedade-mundo (MORIN, 2013, p. 208).

Contudo, para Sodré (2002, p. 14), “é preciso abandonar a ilusão de uma originalidade substancialista desta hipótese (conexões no lugar da linearidade) e trabalhá-la sob o prisma da velocidade e fluidez das conexões”, o que se caracteriza de fato como algo novo no fenômeno já antigo da globalização.

Juventude e meio ambiente

O sentimento de uma “sociedade-mundo” ou sociedade em rede não se vê apenas a partir da mitificação da Internet como espaço para troca cultural com velocidade e fluidez. O mesmo caminho parece trilhado pelo pensamento ambientalista e ecológico.

19 anos se passaram desde que disseram [na Eco-92] que iam me garantir um futuro bom. Eles ainda tentam me convencer de que eles podem tornar isso possível. Tentam me fazer acreditar que quase 20 anos depois, um novo conjunto de líderes, agora mais jovens, mais antenados com o mundo globalizado, conseguirão garantir, não mais o meu futuro, mas quem sabe o dos meus filhos.⁵

O depoimento acima representa um sentimento de descrença, ou melhor, de desmistificação ante a promessa de um futuro bom para os jovens do mundo todo,

⁴ Dados de acesso à internet no mundo podem ser acessados, dentre outros, em www.socialbackers.com.

⁵ Trecho do artigo “A promessa de um futuro bom!”, escrito pela integrante da Rejuma, Adrielle Saldanha, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Disponível em: http://www.rejuma.org.br/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=3936&Itemid=663#comment-23473. Acessado em 29 de novembro de 2012.



sempre imediatistas. A juventude ambientalista organizada nasce no Brasil sob este sentimento, que pode ser seu mito fundador.

Nos últimos anos, o aumento da percepção da crise ambiental provocou movimentos de articulação política na juventude – grupo que, em termos geracionais, é o mais interessado na causa (BIROLI, 2011) –, dado que a preservação ambiental visa a manutenção das condições de vida no futuro.

Manuel Castells (1999, p. 20) define movimentos sociais como “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade”.

Para a socióloga Maria da Glória Gohn (2010, p. 8), “a sociedade civil não é massa amorfa ou inerte. Mas é preciso qualificar estas ações, que tanto podem ter caráter emancipatório e transformador, como meramente interrogativo e conservador”.

Ela agrupa-os, então, em três blocos (GOHN, 2010, p. 13):

- 1) Movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos: sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais.
- 2) Movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no sentido de subsistência e convivência.
- 3) Movimentos globais ou globalizantes, que atuam em redes sociopolíticas e culturais, como o Fórum Social Mundial.

Tanto Gohn como Castells partem da classificação inicial de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais sempre: “possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade” (GOHN, 2010, p. 16).

Algumas características diferenciam os movimentos sociais do passado com os atuais (GOHN, 2010, p. 16-28): Normalmente, têm caráter formativo; alguns aparecem atacadados ao governo ou a formalidades estanques; atuação direta em políticas públicas por meio de parcerias entre Estado e sociedade civil; ocorreram alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação, que agora é em rede; deixam inúmeras lacunas na produção acadêmica.

Para alguns, rede substitui a categoria movimento social, para outros é um dos suportes ou ferramentas dos movimentos, e, para outros ainda, a rede é uma construção que atua em outro campo, das práticas civis, sem conotações com a política, onde a ideia de ‘público participante’ substitui a de militante ou cria o ativista (GOHN, 2010, p. 35).



“As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local (...). Por outro lado, identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social.” Para ele, os movimentos acabam abordando a forma e o conteúdo das “verdadeiras questões da nossa época”, por meio de “utopias locais que constroem para que nunca se rendam à barbárie” (CASTELLS, 1999, p. 79-80).

Morin (2013, p. 50) indica que “há uma multiplicidade de iniciativas dispersas, ignoradas pelos partidos, pelas administrações, pelas mídias”. Para a jornalista Eula Lôbo Netto Vila Verde (2011), as novas tecnologias têm papel essencial enquanto interface que resolve a expectativa em torno da renovação dos antigos pacotes simbólicos.

Nas redes encontram-se espaços de encontro, de acolhimento, de troca, de organização social - ou seja, espaços de partilhar, de pôr em comum, comunicar. E, por consequência, espaços políticos, no sentido de propiciarem a reflexão e a ação de cada cidadão em sua *polis*, por serem representativos e potencialmente instrumentos de práticas democráticas e pressão social (VERDE, 2011, p. 8).

Capra (2002 apud SIQUEIRA et al., 2003, p. 853), “tende a vislumbrar nas redes a essência da vida quando afirma que uma das principais intuições da teoria dos sistemas foi a percepção de que o padrão em rede é comum a todas as formas de vida. Onde quer que haja vida, há redes”.

Contudo, quando se fala em redes, Serres exprime uma opinião que esvazia os conceitos do ciberespaço ao mesmo tempo em que os complementa. “Achamos que o termo rede resume nossas modernidades, ao passo que, ao contrário, ele exprime essa extensão desaparecida. Não habitamos mais o espaço de nossos pais” (SERRES, 2011, p. 87).

Para Castells (1999, p. 143), “o ambientalismo é uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração”, até mesmo por não ser questão dependente de uma identidade, como é comum nos demais movimentos sociais.

A articulação política dos jovens que se preocupam com a causa ambiental na contemporaneidade é afetada pelos paradigmas da sociedade em rede. Desse modo, aqui se defende que a rede é uma metáfora que serve tanto para o sistema comunicativo (ciberespaço) e o paradigma organizacional como para o sistema ecológico e a narrativa ambientalista sobre a teia da vida. A ecologia é a primeira ciência transversal, assim também o tema da juventude.



Por isso, o objeto de estudo analisado neste artigo assimila tão bem a metáfora da rede. Por ser transversal em todas suas bases, uma rede de jovens ambientalistas aceita tanto o misoneísmo, quanto as características de vazio ou de politização que são atribuídos por diferentes perspectivas à sociedade em rede.

Democracia e glocalização na Rejuma: como é o mito na rede?

A Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma) existe desde o ano de 2003, quando jovens de todos os estados brasileiros, atuantes ou não em diversos setores da sociedade civil, se uniram por ocasião do Encontro Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente e da facilitação da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, ocasiões em que firmaram o compromisso de promover a articulação política da juventude ambientalista no Brasil, por meio da internet.

A Rejuma poderia ser (e por vezes é) denominada como movimento social, instituição, entidade, grupo de jovens, lista de comunicação, (des)organização etc. Poderia até ser tudo isso ao mesmo tempo. Mas... É uma Rede, como figura em sua sigla.

O sociólogo Manuel Castells propõe que “eles são o que dizem ser”. Entendidos em seus próprios termos, pode-se então interpretá-los. Rede, segundo o filósofo Pierry Lèvy, faz sinonímia com ciberespaço. Para o cientista da comunicação Marcus Minuzzi, a rede é o próprio mito.

O período ao qual se relaciona a presente pesquisa corresponde ao pré-mobilizações de junho de 2013, como ficou conhecido um movimento (des)organizado pela internet que levou milhões de brasileiros à rua por todo o país. Foi realizado o acompanhamento etnográfico durante cinco meses (fevereiro a junho de 2013), seguido por seis entrevistas em profundidade, com participantes da Rejuma em Goiás, critério surgido da proximidade física com o pesquisador.

A intenção era verificar o mito fundador da Rejuma e quais são os arquétipos (modelos) que norteiam e justificam sua existência. Trata-se de uma interpretação dentre muitas outras possíveis.

A hipótese trabalhada com a Rejuma parte do princípio ambientalista de “Pensar global e agir local”, lema que se aplica às estruturas em rede, tanto filosoficamente como tecnicamente. Para um dos elos, de 25 anos, é o caso de “realizar pequenas ações que atinjam aqui onde estou e, com a experiência, seja levado para outros pontos atingindo o global”. Outro elo, de 27 anos, completa que “a atuação é sempre local”.



Em complemento à hipótese, acredita-se que a democracia (ou seu arquétipo) é o mediador entre o local e o global. A rede pressupõe uma abertura maior para a participação. “Eu sou de todo mundo, mas não sou de ninguém. Me sinto melhor hoje como ativista que está nesses espaços de rede do que como pertencente especificamente a alguns deles, entende? São todos diferentes, mas são a mesma coisa em mim”, diz outro elo, de 22 anos. Esse é um sentimento comum depois de um tempo de atuação em rede, pois uma organização leva à outra e os critérios de participação são simples e facilitados, pois geralmente não exigem filiação, como ocorre nos partidos políticos e organizações não-governamentais (ONGs).

A flexibilidade de participação e organização também apresenta confusões ou problemas específicos, como demonstrado no depoimento de um elo de 25 anos, com relação à incerteza nos processos decisórios. “Hoje estou compreendendo mais um pouco da questão da Rejuma, quer dizer uma rede dentro dos meio informáticos, que tem uma utilidade de reunião de pessoas de diversos grupos e movimento sociais, com muitas opiniões e formas de reunião. A Rejuma tem este papel de aglutinação e ter uma forma, mas acabou que as pessoas ainda não perceberam isto. A rede tem que ser plural, apartidária, social e diversificada. Mas ainda não me vejo... como posso entrar nas tomadas de decisões. Sei que devo me empoderar, mas como fico meio sem ver uma possibilidade, só acompanho tudo, sem opinar muito. Mas assim que me ver na situação estarei tomando meu lado dentro (sic)”.

Para outro elo, de 24 anos, diz que “todos os processos de escolha são extremamente democráticos, muito discutidos com os membros para chegar a uma decisão/solução”.

A este ponto, a reflexão de Kerckhove (2008, p. 126-127) traz a discussão para o campo da comunicação. “Existe nas redes (e, por extensão, no conjunto das tecnologias digitais) uma qualidade ou uma propriedade essencialmente democrática? Sim, absolutamente. Tudo concerne à relação entre linguagem e sociedade”. Para ele, “muito antes de apresentar-se como uma relação de força entre indivíduos, o poder deriva de uma relação de força entre a pessoa e a palavra”. “A internet é a imprensa submetida à aceleração da eletricidade”.

“Toda democracia existe em uma dada comunidade. (...) Paradoxalmente, supõe-se que a internet transgrida qualquer fronteira, mas, sob o plano político, pode e deve ter um



papel estritamente local.” Ao falar de e-government⁶, chega a decretar que “a chave para o desenvolvimento dos povos é a internet” (KERCKHOVE, 2008, p. 133-134).

Durante o período pesquisado, fazem-se notar incongruências concernentes ao envolvimento e à participação dos elos. Pode-se dizer que é imprevisível, em uma rede como a Rejuma, o nível de participação dos jovens que, ora se mobilizam em massa, ora se agrupam espontaneamente, ora assumem uma organização mais formalizada em representações e ora elevam pautas importantes, se organizam em torno delas e, de repente, parecem abandoná-las, mesmo sem deixar de reafirmar sua importância, como foi o caso do processo para formulação de um Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA).

O PNJMA ocupou o centro dos debates na Rejuma durante muitos anos desde a sua constituição, quando emergiu para o governo o grito da juventude apontando a necessidade de uma política pública que atenda a demanda dos jovens ambientalistas. Encontros e seminários diversos foram realizados em vários estados brasileiros. Em Goiás, dois encontros estaduais realizados pelo Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Goiás em 2009 e 2010 tiveram como tema central essa política. Longos processos de sistematização e diálogo entre pessoas que estavam ou estariam no governo, dado que é comum que elos da Rejuma assumam cargos públicos para acompanhamento dessas questões, ocorreram. Muito se perdeu, muito está de posse particular de alguns elos, outro tanto, o núcleo duro do debate, foi parar no Grupo de Trabalho Interministerial formado pela Secretaria Nacional de Juventude e Ministérios da Educação e do Meio Ambiente. A Rejuma comandou o Grupo de Trabalho Juventude e Meio Ambiente (GT Juvema) no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), que previa estudos e mobilizações em torno do tema. Fato interessante, já mencionado de forma introdutória, é que quando a pauta chegou ao processo final, houve um esvaziamento quase geral do debate por parte dos elos da Rejuma, que pouco participaram da Consulta Pública que poderia encaminhá-lo às instância que poderiam garantir sua efetivação.

“No Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, eu não sei o que houve. Pensei que as pessoas iam se mobilizar e eu fiquei falando sozinho, soltando informações relevantes e até privilegiadas para descentralizar, mas as pessoas centralizaram em mim e eu me dediquei” aponta um dos elos, de 22 anos.

⁶ Governo totalmente transparente com serviços de autogestão pela internet.



Outro elo, de 24 anos, explica que “se constrói política a partir das relações, mas cada um encontra o seu meio de atuar em rede, pois cada um atua no que quer e tem gente que não gosta de ficar trocando e-mail”.

Leff (*apud* VERDE, 2011) chama de “antigos pacotes simbólicos” o que um dos elos, de 22 anos, explica como “organizações que a gente tem hoje, como os sindicatos, as associações, as fundações, os partidos, as universidades que está tudo tão precário. A gente olha pra isso, pelo menos na visão brasileira, e fala: ‘Que coisa chata, né?’”.

Deste modo, o movimento da rede depende mais da ação dos elos do que de uma estrutura formal ou de pautas comuns e identitárias. O sentido de atuar com o ambientalista, pode-se agora afirmar, nasce de um desejo pessoal de atuar em prol da garantia da vida em pactos intergeracionais, por meio do reconhecimento global e da ação local, ou melhor, da ação glocal.

Para Kerckhove (2008, p. 137), a globalização e a fragmentação coexistem. É a tendência global e universal convivendo com as identidades e tribalismos. “Glocalização indica a coexistência do global e do local”. “Meu desejo é que a glocalização contribua para conter o terrorismo gerando um sentimento de ‘espaço comum’, de república.”

Move-se propriamente não mais do indivíduo à coletividade, antes em direção ao que defino conectividade: indivíduos que se conectam entre eles e formam grupos, os quais, a sua vez, se interconectam. O alfabeto foi explosivo; a eletricidade é implosiva. O alfabeto dividiu o conhecimento em gêneros, permitiu a classificação, o nascimento da biblioteca. A internet, ao contrário, reuniu toda a informação antes separada. A internet representa o oposto da biblioteca. É implosiva também no sentido de que comprime tempo e distância. Tal aceleração libera uma grande quantidade de energia (KERCKHOVE, 2008, p. 138).

O mito da rede é a forma comunicacional da democracia direta e participativa que se potencializa com a globalização e se realiza na glocalização por causa do reconhecimento da teia da vida. Assim são formados os minimitos, conhecidos e vencidos rapidamente sem perdurar como expressão do inconsciente como nas tradições milenares. Significa que “o mito surge menor e mais rápido como efeito da globalização” (MINUZZI, 2011, p. 2).

As organizações se reconhecem em crise, aparentemente. Inúmeros modelos surgem como minimitos dia após dia para solucionar determinados problemas de comunicação, de socialização, de absolutismo, de hierarquia, de burocracia... e todos sobrevivem



fluidos sem a certeza de uma fórmula pronta. No que se refere à organicidade da rede na internet, o interessante é que pouco no que se refere à instrução acadêmica, condição financeira ou relações parentais importam. Não se quer afirmar que, mesmo que seja pobre, qualquer um consegue acessar a internet eficientemente, nem mesmo aludir às relações de opressão da classe trabalhadora. Quando se diz da condição financeira, o destaque é que sem a internet raramente se desenvolveria a potência de uma organização, quiçá nacional ou global, fora dos círculos empresariais no mundo capitalista. É viável crer que a organização em rede não vem mais para compor a tipologia institucional, mas abalá-la e modificá-la sistemicamente.

O arquétipo da democracia está presente na Rejuma, principalmente na desilusão com as formas representativas. E, neste sentido, o contexto glocal, com reforço entre o global e o local, ritualiza tal mito. A Rejuma prioriza espaços de democracia participativa e direta. Assim como Lèvy (1999, p. 208), acredita-se que “não se trata de forma alguma de uma utopia tecnológica, mas do aprofundamento de um antigo ideal de emancipação e de exaltação do humano que se apóia nas disponibilidades técnicas de nossos dias”.

O que é de fato verificável é o conjunto de experiências complexas do mito na rede, estruturado historicamente, no formato da falta/ausência/pecado que existe para buscar sua compensação/salvação: a ausência psicológica que o inconsciente coletivo sente (degradação ambiental e corrupção nas organizações) e sua compensação (educação ambiental no primeiro caso e a própria rede no segundo).

No período estudado, pelas especificidades já conferidas no início do capítulo 3, a narrativa da democracia foi cada vez menos reforçada, provavelmente por uma conjunção de fatores: as mobilizações de junho de 2013 provavelmente volveram a atenção dos elos para outras vias por mobilizar mais pessoas e mais rapidamente; o Estatuto da Juventude e o Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente foram encaminhados para as instâncias governamentais decisórias e os elos pouco se envolveram na revisão do que já havia trabalhado durante anos em encontros e reuniões diversas.

Já se cogitou, como pôde ser observado na lista de e-mails da Rejuma, que a própria novidade das organizações em rede está ultrapassada. É o medo da morte, incansavelmente observado na narrativa da Rejuma. Junto ao desânimo, “reunindo o disperso”, emerge a ânsia pelo novo. Em geral, as organizações populares, desde o Fórum Social Mundial até os Coletivos Locais, vivem a necessidade de construção de



novos mitos ou mesmo, por conta da globalização, ‘minimitos’, como afirma Minuzzi (2009).

Com a internet, o mito é, acima de tudo, a própria rede. O medo navega. Circular o mito é sexualizá-lo. Por quê? O público começa a ferir-se com a necessidade de uma cópula letal. O medo impele a uma histeria coletiva imprescindível à criação de novos mitos. Com a presença da morte, o eu poético inspira-se e cria. O medo engravida aquele que coleta em si os prantos coletivos. O mito corresponde à esperança de sobreviva após a circulação da dor. O mito hoje surge menor e mais rápido como efeito da globalização (MINUZZI, 2009, p. 2).

O alcance global e local simultaneamente faz a conexão da busca do sentido democrático na teia da vida, que é enfim o arquétipo pelo qual se teme a morte. Isso justifica todo o pensamento: se a participação na rede/teia da vida teme a morte, é a própria vida que corre riscos de perder o sentido (organizacional, político e histórico). Assim, é que se diz que o medo da morte do arquétipo da democracia provoca a ânsia do novo e a prova disso são os minimitos da globalização.

Referências bibliográficas

BIANCO, Nélia R. Del. **Elementos para pensar as tecnologias da informação na era da globalização**. Intercom: São Paulo, v. XXIV, n. 2, p. 151-161, 2001.

BIROLLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. **Geração ambientalista, o dever da história: jovens, política e meio ambiente**. XXXIV Intercom. Recife - PE, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DE KERCKHOVE, Derrick. Da democracia para a ciberdemocracia. IN: DI FELICE, Massimo (org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. Coleção Era Digital - v.1. São Caetano do Sul - SP: Difusão, 2008.

FERREIRA, Telma. **Sociologia e mito**. IN III Congresso Internacional em Ciências da Religião (Anais 2009). Goiânia, v. 1, n. 1, p. 71-78, 2010.



FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação / A comunicação como objeto. IN: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. 2.ed. Trad. Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LÈVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINUZZI, Marcus V. **Perspectivas para repensar a comunicação**: a dionisíaca intenção entre a internet e o mito do Brasil como paraíso terrestre. I Colóquio Internacional Mudanças Estruturais no Jornalismo. Brasília, 2011, p. 275-284.

SERRES, Michel. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Objeto da comunicação é a vinculação social**. Entrevista de Muniz Sodré de Araújo Cabral (UFRJ) a Desirée Rabelo (UMESP). PCLA, v. 3, n.1, out./nov./dez. 2001.

_____. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

VERDE, Eula Lobo Netto Vila. **Exercício da cidadania nos grupos ambientalmente engajados**. II SEAT: Goiânia, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5.ed. Lisboa: Presença, 1999.